

Eixo Capital

ANA MARIA CAMPOS
anacampos.df@dabr.com.br

Divulgação/TJDF



Sarney conta a sua história

O ex-presidente José Sarney foi entrevistado pelo 1º vice-presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT), o desembargador Roberval Belinati, na semana passada, para o programa *História Oral*. A gravação ocorreu na residência de Sarney, em Brasília/DF, e logo estará disponível no canal oficial do TJDFT no YouTube. Segundo Belinati, Sarney deu uma verdadeira aula de história do Brasil e de política. Falou sobre sua família, relação com Juscelino Kubitschek, a consolidação da democracia brasileira nos anos 1980 e a promulgação da Constituição Federal de 1988, entre outros assuntos. Sobre a relação com JK, Sarney afirmou que nos anos 1950 foi muito injusto com ele. "Era vice-líder da UDN, no Rio de Janeiro, e o combati muito". A UDN era um partido político que fazia oposição a JK. Segundo o ex-presidente, anos mais tarde, depois que Juscelino teve seus direitos políticos cassados pelo regime militar, houve uma aproximação entre os dois. "Ofereci um almoço a Juscelino. Ele ficou muito tocado por esse gesto e, a partir daí, me fez uma carta e ficamos muito amigos", contou. O programa *História Oral* é uma iniciativa de Belinati. O foco são entrevistas com magistrados na ativa ou aposentados ou pessoas relacionadas ao mundo jurídico.

Brasília e a democracia

Sobre sua relação com Brasília, Sarney foi o primeiro parlamentar a se mudar para a Nova Capital, em dezembro de 1959, ainda antes da inauguração oficial. "Gosto de Brasília, já estou com mais da metade de minha vida em Brasília, aqui cresceram meus filhos", salientou. Como deputado federal, em 1956, ele votou pela transferência da Capital, o que contrariou as diretrizes da UDN. Já no período como presidente da república, de 1985 a 1990, afirmou: "Não tivemos retrocesso, pois a democracia não morreu em minhas mãos". Entre os méritos de sua gestão destacam-se a convocação e implementação da Assembleia Nacional Constituinte, que elaborou e promulgou a Constituição Federal de 1988. "A Constituição é a base da transição democrática", disse.

Divulgação



DF na diretoria do Conselho de Secretários de Educação

O Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) elegeu, na última sexta-feira, a nova diretoria para o biênio 2025-2026. O secretário de Estado da Educação e vice-governador de Sergipe, Zezinho Sobral, foi eleito presidente da entidade por aclamação. A secretária de Educação do DF, Helvia Paranaçu (foto), foi eleita vice-presidente.

Paes diz que não quer o dinheiro de Brasília

A senadora Leila do Vôlei (PDT-DF) questionou o prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes (PSD), sobre o pedido feito por ele para que o presidente Lula reconheça o Rio de Janeiro como "capital honorária do Brasil". A primeira brasileira eleita senadora pelo Distrito Federal, manifestou preocupação de que o pedido pudesse impactar os recursos destinados a Brasília, que recebe verba da União para custear a segurança pública, a saúde e a educação, pelo Fundo Constitucional do DF. Paes destacou que a proposta tem caráter simbólico e busca reconhecer a importância histórica do Rio para o país, sem qualquer intenção de retirar verbas do DF. "Essa coisa da capital honorária é uma homenagem. Não tira nada de Brasília, não manda mais dinheiro para o Rio", enfatizou o prefeito. "O Rio tem uma imagem internacional muito forte, e esse reconhecimento é apenas uma homenagem, sem qualquer efeito prático sobre a alocação de recursos federais no DF". A conversa ocorreu durante a gravação do *PODK Liberados*, programa de entrevistas que Leila e o senador Jorge Kajuru apresentam semanalmente na Rede TV!. O episódio vai ao ar neste domingo, às 22h30.

Reprodução



CLDF/Divulgação

Tentativa de consenso

Enquanto partidos de esquerda no DF já ensaiam candidaturas para 2026, o PT tenta trilhar um caminho que, para muitos, parece improvável: o consenso interno. A sessão solene de aniversário do partido na semana passada revelou o clima de unidade, tese defendida pelo vice-presidente da Câmara Legislativa, deputado Ricardo Vale (PT), que apoia o nome de Chico Vigilante (PT) para a presidência do partido. O gesto de Vale, que sempre integrou uma corrente ideológica oposta à de Chico, sinaliza um alinhamento que pode consolidar o protagonismo do PT na construção do campo de centro-esquerda para a próxima eleição majoritária. Se esse novo desenho se confirmar, as eleições para a direção regional serão o primeiro teste.

Urgência hospitalar

Tramita na Câmara Legislativa um projeto de lei que prevê um "voucher saúde" para que pacientes da rede pública com necessidades urgentes que não consigam atendimento sejam encaminhados para hospitais particulares. O custo seria ressarcido por meio de convênios com hospitais particulares. O projeto de lei, do deputado Roosevelt Vilela (PL), é claramente inconsciente, porque cria despesa para o Executivo em proposta de autoria do Legislativo, mas abre o debate sobre como pacientes em situações críticas recebam o atendimento necessário.

Ascom/CLDF



MANDOU BEM

O carnaval no Distrito Federal tem o potencial de movimentar mais de R\$ 320 milhões em atividades turísticas, segundo pesquisa realizada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). O valor representa um aumento de aproximadamente 1,5% em comparação ao ano passado.



MANDOU MAL

Trecho de um livro adotado em escolas na Alemanha reforça preconceitos e estereótipos sobre o povo brasileiro. Na publicação, uma criança do Rio de Janeiro é descrita como alguém que não estuda, alimenta-se do que encontra no lixo e sonha em ser jogador de futebol.

"Sem remorso nenhum, você trai e nega até amizade com quem te criou. César Maia, Dilma, Pezão, Sérgio Cabral... Seu nome é ingratidão! Você é um BILTRE (dá um Google aí). Sua arrogância, seu cupincha lula e a política vão sepultar sua carreira pública, que já foi longe demais! A soberba precede a queda e você será derrotado para qualquer cargo a que se candidatar em 2026! Já vai negociando, de novo, emprego em alguma empresa privada que foi favorecida em seu governo!"

Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ)



Fotógrafo/Agência Brasil

"Aqui não tem essa de ser leal com criminosos. Isso é papo de mafioso! Comigo, cometeu crime eu chamo de bandido! Com o senador rachadinho que desmaia e é filho de papai é coisa nostra na veia! 'Não abandono o soldado Queiroz na Guerra...' Vai vendo os puritanos! Toma vergonha rapaz! Poderoso Flavio Rachadinho 2, a missão!"

Prefeito do Rio, Eduardo Paes (PSD)



Reprodução/YouTube Rio TV Câmara



SÓ PAPOS



À QUEIMA-ROUPA

DEPUTADO DISTRITAL EDUARDO PEDROSA (UNIÃO)

"Precisamos proteger Brasília do que está acontecendo em outras partes do Brasil. Se em alguns lugares cultuam bandidos, aqui não. Aqui, vamos garantir ordem e segurança para o cidadão"



Marcelo Ferreira/CLDF, A.Press

O senhor apresentou um projeto de lei que proíbe o uso de verbas públicas para contratar artistas cujas músicas fazem apologia ao crime organizado, tráfico de drogas e pedofilia. Como surgiu essa ideia?

Sim, apresentei o projeto inspirado na proposta da vereadora Amanda Vetorazzo, em São Paulo. Achei a iniciativa dela muito boa e decidi ampliar seu alcance. Qual é a lógica de o Estado utilizar recursos públicos, fruto dos impostos e do trabalho de tantas pessoas, para patrocinar algo assim? Depois, ainda precisamos gastar novamente para combater exatamente o que incentivamos. Isso não faz sentido. Criamos narrativas para proteger quem destrói vidas, romantizam o crime e chamam de cultura o que, na prática, destrói sonhos. Isso faz parte de um projeto muito bem definido: manter a população marginalizada, empobrecida e refém do crime, para que continue dependente do governo.

Quem ficaria responsável por essa avaliação?

A própria Secretaria de Cultura, que é responsável pela execução dos eventos.

Isso pode ser encarado como uma espécie de censura?

De forma alguma. Censura seria o Estado proibir um artista de se expressar ou de gravar determinada música. O que estamos propondo é impedir que recursos públicos sejam usados para patrocinar conteúdos que fazem apologia ao crime organizado, ao tráfico de drogas e à pedofilia, práticas que já são tipificadas como crime, por exemplo, no artigo 287 do Código Penal Brasileiro: "Fazer, publicamente, apologia de fato criminoso ou de autor de crime: Pena — detenção de três a seis meses, ou multa." É surpreendente que, muitas vezes, esses artistas passem ileso devido à inércia ou à morosidade da Justiça brasileira. A lei que estamos propondo visa justamente obrigar o governo a tomar providências, seja por fiscalização própria, seja por meio de denúncias comprovadas. As sanções ao artista podem incluir a rescisão do contrato, a impossibilidade de ser contratado pelo governo por um período, a perda de benefícios fiscais e a exclusão de programas governamentais. No caso de multa, o valor seria revertido para a saúde pública e a segurança no combate ao crime.

Pode citar alguns cantores que ficariam fora dos incentivos públicos pelas músicas que apresentam?

Nenhum. O projeto não cita nenhum artista específico. Não podemos fazer isso legalmente. Também não há distinção de gênero musical. O que se estabelece é que, se o artista incentivar o crime organizado, a pedofilia ou o tráfico de drogas durante sua apresentação, ele estará sujeito a punições. A primeira lei proposta no Brasil foi associada a um artista que ganhou notoriedade por letras com citações a uma facção criminosa. Esse artista tem, inclusive, uma tatuagem no peito em alusão a Elias Maluco, condenado pelo assassinato brutal do jornalista Tim Lopes, que fazia uma reportagem sobre prostituição infantil no Complexo do Alemão. Esse mesmo artista chegou a ameaçar estupro a vereadora que propôs a lei, para se ter ideia do nível a que chegamos.

Como avalia a receptividade da medida? Acha que consegue aprovar a matéria?

Acredito que conseguiremos aprová-la com certa tranquilidade. A população está cansada de ver o crime sendo normalizado e de testemunhar a apologia ao crime ser tratada como algo aceitável. Estamos vendo crimes bárbaros acontecendo todos os dias, como o assassinato do ciclista em São Paulo e o verdadeiro cenário de guerra em que o Rio de Janeiro se transformou. A população quer um basta. E a Câmara está pronta para dar esse basta. Precisamos proteger Brasília do que está acontecendo em outras partes do Brasil. Se em alguns lugares cultuam bandidos, aqui não. Aqui vamos garantir ordem e segurança para o cidadão. É claro que enfrentaremos alguma resistência, por mais surpreendente que isso seja, mas temos o apoio da ampla maioria e vamos aprovar essa matéria porque a sociedade está do nosso lado.

Em Santa Catarina, o governador Jorginho Melo (PL) sancionou uma lei que proíbe a reprodução de músicas e vídeos que fazem apologia a crimes relacionados ao uso de drogas ou sexo nas escolas públicas e privadas do estado. Como avalia a medida?

Acho uma boa ideia. É um projeto que tem o mérito de proteger crianças e adolescentes da normalização da criminalidade dentro do ambiente escolar. Vou estudar a proposta para avaliar se algo semelhante pode ser aplicado no Distrito Federal. Proteger os jovens da influência do crime e da sexualização precoce deve ser uma prioridade das políticas públicas.

Acha que teria apoio no DF?

Com certeza. A população do Distrito Federal está cada vez mais preocupada com a segurança pública e com o impacto negativo da glamorização do crime na cultura e na juventude. Além disso, os brasilienses querem mais transparência e responsabilidade no uso do dinheiro público. Sei que haverá oposição por parte de alguns grupos, mas esse é um debate necessário. A sociedade não pode ser refém de uma cultura que banaliza o crime.